JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.11.30 05:43:11 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 30 de novembro de 2022 • Nº 1449 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CAGED

País cria 159.454 vagas com carteira assinada

Foram criadas 159.454 vagas de trabalho com carteira assinada no Brasil no mês de outubro, segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Previdência. O valor representa a diferença entre as 1.789.462 contratações e as 1.630.008 demissões no período. Com isso, houve queda no consolidado de vagas formais em relação a setembro, o saldo foi de 278.085 vagas. A desaceleração no ritmo de contratações foi de 7,7%, enquanto as demissões caíram a 1,9%. Isso faz do mês de outubro o 2º mais fraco do ano em relação à criação de empregos formais, perdendo apenas para março, quando o saldo foi de 96.927 vagas novas. Acumulado no ano. De janeiro a outubro, foram criados no país 2.320.252 empregos com carteira, resultado de 19.445.198 admissões e de 17.124.946 desligamentos. PÁGINA 2

TRANSIÇÃO

Turma ligada a Persio Arida pede que PEC seja rejeitada

O grupo liberal Livres, que defendeu o voto no presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno das eleições, divulgou nota em que pede a rejeição do projeto da PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, que abre caminho para quase R$ 200 bilhões em gastos fora do teto. O economista Persio Arida, membro da equipe de transição de Lula, é conselheiro acadêmico do Livres, mas não teve participação no documento, que foi elaborado pela diretoria da entidade. Na nota, o Livres defende que o novo governo aproveite o início de mandato para discutir prioridades dentro do Orçamento e a implementação de uma nova regra de controle de gastos. Segundo o estudo do Livres, abrir esse rombo no teto de gastos, sem garantir responsabilidade fiscal, mesmo que seja para bancar políticas sociais, "é dar com uma mão e tirar com a outra". "O Livres é contrário à aprovação do projeto de emenda constitucional", diz a nota. PÁGINA 2

PASSANDO A BOIADA

Guedes raspa R$ 366 milhões dos cofres das universidades

GABRIELA BILÓ/FOLHAPRESS

A pouco mais de um mês para o fim do ano, o governo Jair Bolsonaro (PL) fez um novo congelamento no orçamento das instituições federais de ensino superior. A área econômica havia promovido um bloqueio em outubro, mas por causa da repercussão negativa no período eleitoral, recuou dias depois. As instituições receberam na segunda-feira passada, no entanto, ofício em que oficializa o bloqueio dos recursos disponíveis nas contas bancárias -na prática, os caixas foram zerados. A decisão foi tomada para atender as regras do teto de gastos, que limitam o aumento de despesas do governo. Em mensagem enviada a reitores por lideranças do MEC, obtida pela reportagem, a pasta afirma que "em momento nenhum participou dessa decisão", tomada pela equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) (**foto**). PÁGINA 5

CONGRESSO

Lula articula base com PSD, MDB e União Brasil

PÁGINA 5

COVID-19

Rio volta a aplicar 2ª dose de vacina em crianças

PÁGINA 6

SÃO PAULO

DANILO VERPA/FOLHAPRESS

Tarcísio nem tomou posse e já ganhou 50% de aumento de salário

A Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) aprovou ontem aumento de 50% dos salários do governador eleito Tarcísio de Freitas (Republicanos) (**foto**), de seu vice Felício Ramuth (PSD) e do novo secretariado, com efeito cascata também para outros servidores. Foram 56 votos a favor e apenas 6 contrários. Eram necessários ao menos 48 votos no plenário -de um total de 94 deputados estaduais. O projeto segue agora para sanção do atual governador, Rodrigo Garcia (PSDB), que estimou um impacto anual de R$ 1,5 bilhão aos cofres públicos. A pauta foi articulada pela base de Rodrigo com a do futuro titular do Palácio dos Bandeirantes e com parte da oposição, com o objetivo de beneficiar outras categorias de servidores que ganham o teto. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: 1,96% / 110.909,61 / 2.127,46 / Volume: R$ 27.787.640.660 / Negócios: 4.163.721

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
SID NACIONALON ED	14.35	+8.47	+1.12
BANCO PAN PN N1	7.38	+8.21	+0.56
CSNMINERACAOON N2	3.820	+7.61	+0.270
P.ACUCAR-CBDON NM	19.78	+7.33	+1.35
QUALICORP ON NM	6.05	+6.14	+0.35

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
EMBRAER ON NM	13.51	–3.64	–0.51
AZUL PN N2	12.12	–3.19	–0.40
KLABIN S/A UNT N2	20.00	–3.10	–0.64
SUZANO S.A. ON NM	53.31	–2.97	–1.63
COPEL PNB EJ N2	8.01	–1.60	–0.13

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
ALE ON NM	84.44	+3.86	+3.14
PETROBRAS PN EDJ N2	25.38	+4.19	+1.02
ITAUUNIBANCOPN N1	25.74	+0.86	+0.22
PETROBRAS ON EDJ N2	29.38	+4.30	+1.21
B3 ON NM	12.55	+3.89	+0.47

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.852,53	+0,01
NASDAQ Composite	10.983,779	-0,59
Euro STOXX 50	3.933,3	-0,15
CAC 40	6.668,97	+0,06
FTSE 100	7.512	+0,51
DAX 30	14.355,45	-0,19

Salário mínimo	R$ 1.212,00	IGP-M	-0,97% (out.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	0,59% (out.)	Compra: 5,5111	Venda: 5,6911
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(26/10)	13,75%	0,97	até o dia 29/nov.	Compra: 5,3070	Venda: 5,3076
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(30/11)	0,65%	BM&F/grama	R$ 290,00	Compra: 5,2874	Venda: 5,2880
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(set./22)	0,18%	Compra: 5,4607	Venda: 5,4610	Compra: 5,3084	Venda: 5,4884

Economia

MERCADOS

Dólar cai para R$ 5,28; Bolsa sobe 1,96% e fica perto de 111 mil pontos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Em um dia marcado por protestos na China e pelo início da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição no Senado, o dólar caiu para menos de R$ 5,30, atingindo o menor nível em 20 dias. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu quase 2% e se aproximou dos 111 mil pontos.

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 5,288, com queda de R$ 0,079 (-1,46%). A cotação operou em queda durante toda a sessão, fechando próxima das mínimas do dia.

A moeda norte-americana chegou ao menor nível desde 9 de novembro (R$ 5,18). A divisa acumula alta de 2,36% em novembro e cai 5,16% em 2022.

O mercado de ações também teve um dia de recuperação. O Índice Bovespa (Ibovespa), fechou aos 110.910 pontos, com alta de 1,96%. O indicador foi puxado por ações de mineradoras, petroleiras e siderúrgicas, que refletiram a expectativa de que o governo chinês pode abrandar a política de tolerância zero contra a covid-19 após os protestos que tomaram conta das principais cidades do país.

As notícias da China beneficiaram principalmente países exportadores de commodities (bens primários com cotação internacional), como o Brasil. Isso porque um eventual relaxamento das restrições sociais no país asiático ajudaria a aumentar o consumo de matérias-primas da segunda maior economia do planeta.

CAGED

Brasil cria 159.454 vagas com carteira assinada em outubro

Foram criadas 159.454 vagas de trabalho com carteira assinada no Brasil no mês de outubro, segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Previdência. O valor representa a diferença entre as 1.789.462 contratações e as 1.630.008 demissões no período.

Com isso, houve queda no consolidado de vagas formais em relação a setembro, o saldo foi de 278.085 vagas. A desaceleração no ritmo de contratações foi de 7,7%, enquanto as demissões caíram a 1,9%.

Isso faz do mês de outubro o segundo mais fraco do ano em relação à criação de empregos formais, perdendo apenas para o mês de março, quando o saldo foi de 96.927 vagas novas.

Acumulado no ano. De janeiro a outubro, foram criados no país 2.320.252 empregos com carteira assinada, resultado de 19.445.198 admissões e de 17.124.946 desligamentos.

Salário de admissão tem leve queda. Nacionalmente, o salário médio de admissão no mês passado foi de R$ 1.932,93, uma queda de R$ 7,28 em relação ao valor do mês de setembro.

QUEDA

Houve saldo positivo em quatro dos cinco grupos de atividades econômicas avaliados pelo Caged. Somente no setor da agropecuária é que houve variação negativa -ou seja, ocorreram mais desligamentos do que novas admissões.

Serviços: mais 91.294 postos
Comércio: mais 49.356 postos
Indústria: mais 14.891 postos
Construção: mais 5.348 postos

Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura: menos 1.435 postos

Na área dos serviços, o Caged destaca a criação de vagas nas atividades de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, que juntas acumularam 49.260 postos. Já na Indústria, a maioria das vagas (mais de 13 mil) estavam concentradas na Indústria de Transformação.

METODOLOGIA

Os dados do Caged se referem apenas às vagas com carteira assinada, e são as próprias empresas que preenchem as informações em um sistema próprio. O levantamento não capta os dados do mercado de trabalho informal, como a Pnad Contínua do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), por exemplo.

Como as companhias podem atualizar as informações de contratações e desligamentos de maneira retroativa, os dados podem variar de mês a mês.

IGP-M

Inflação do aluguel cai 0,56% em novembro

O IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado), conhecido como a inflação do aluguel, caiu 0,56% em novembro, após queda de 0,97% no mês anterior, informou a FGV (Fundação Getulio Vargas).

Com este resultado, o índice acumula alta de 4,98% no ano e de 5,9% em 12 meses. Em novembro de 2021, o índice variou 0,02% e acumulava alta de 17,89% em 12 meses.

"O IGP-M registrou queda menos intensa nesta apuração. As contribuições para a aceleração da taxa do índice partiram de seus três índices componentes", afirma André Braz, Coordenador dos Índices de Preços.

O IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo) caiu 0,94% em novembro, após queda de 1,44% em outubro, enquanto o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) subiu 0,64% este mês, após alta de 0,5% no mês anterior.

No IPC, cinco das oito classes de despesa que compõe o índice registraram acréscimo em suas taxas de variação. A principal contribuição partiu do grupo Transportes (-0,96% para 0,79%), com destaque para o item gasolina, cuja taxa passou de -3,74% em outubro para 1,58% em novembro.

Também apresentaram acréscimo em suas taxas de variação os grupos Alimentação (0,57% para 0,83%), Comunicação (-1,03% para -0,32%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,80% para 1%) e Vestuário (0,67% para 0,83%).

Em contrapartida, os grupos Educação, Leitura e Recreação (3,15% para 0,60%), Habitação (0,63% para 0,37%) e Despesas Diversas (0,22% para 0,14%) registraram decréscimo em suas taxas de variação.

Por fim, o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) acelerou o avanço a 0,14% no período, de 0,04% antes, sob pressão da alta de 0,53% no custo da mão de obra, de 0,31% em outubro.

O que é o IGP-MO indicador foi criado no final dos anos de 1940 para ser uma medida abrangente do movimento de preços, que englobasse não apenas diferentes atividades como também etapas distintas do processo produtivo. Dessa forma, o IGP é um indicador mensal do nível de atividade econômica do país, englobando seus principais setores.

O IGP possui três versões com coleta de preços encadeada: o IGP-10 (com base nos preços apurados dos dias 11 do mês anterior ao dia 10 do mês da coleta), IGP-DI (de 1 a 30) e o mais popular deles, o Índice Geral de Preços - Mercado, ou simplesmente IGP-M, que apura informações sobre a variação de preços do dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês de coleta.

O IGP-M é utilizado na fórmula de reajuste de tarifas públicas (energia e telefonia), em contratos de aluguéis e em contratos de prestação de serviços.

POBRE QUE SE DANE

Turma de Persio Arida pede rejeição da PEC da Transição

EDUARDO CUCOLO/FOLHAPRESS

O grupo liberal Livres, que defendeu o voto no presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno das eleições, divulgou nota em que pede a rejeição do projeto da PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, que abre caminho para quase R$ 200 bilhões em gastos fora do teto.

O economista Persio Arida, membro da equipe de transição de Lula, é conselheiro acadêmico do Livres, mas não teve participação no documento, que foi elaborado pela diretoria da entidade.

Na nota, o Livres defende que o novo governo aproveite o início de mandato para discutir prioridades dentro do Orçamento e a implementação de uma nova regra de controle de gastos.

Segundo o estudo do Livres, abrir esse rombo no teto de gastos, sem garantir responsabilidade fiscal, mesmo que seja para bancar políticas sociais, "é dar com uma mão e tirar com a outra".

"O Livres é contrário à aprovação do projeto de emenda constitucional em discussão pela equipe de transição do presidente eleito", diz a nota.

"É o caminho socialmente mais preocupante, porque piora a renda dos brasileiros e as perspectivas de crescimento do país. A implementação de políticas sociais sem responsabilidade fiscal tem um efeito perverso."

Deborah Bizarria, coordenadora de Políticas Públicas do Livres e uma das autoras do documento, diz que a recalibragem dos benefícios do Bolsa Família, em vez de manter o valor fixo de R$ 600 por família, ajudaria a melhorar a efetividade do programa.

Caso a rejeição seja politicamente inviável, afirma a economista, o Livres recomenda uma atuação orientada pela redução de danos, como é o caso da proposta apresentada pelo senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), que retira do teto de gastos R$ 70 bilhões para o programa de renda, aponta.

"A gente acredita na importância da política social, mas isso tem de ser buscado em linha com a responsabilidade fiscal. Senão a gente tem uma explosão da dívida pública, e isso gera inflação e um incentivo para que não haja discussão de prioridades no Orçamento público", afirma a coordenadora do Livres.

"Havendo uma mudança nos programas sociais, a gente conseguiria fazer sem o gasto extra."

O Livres surgiu dentro do PSL em 2016, mas deixou o partido quando Jair Bolsonaro (PL) se filiou à legenda em 2018.

A PEC da Transição, protocolada na segunda-feira passada, permite a realização de investimentos para além do limite de despesas, caso o governo tenha registrado o ingresso de receitas extraordinárias. Esse mecanismo valeria a partir de 2023.

PPSA

Estatal do pré-sal prevê movimentar R$ 832 bi em dez anos

NICOLA PAMPLONA/FOLHAPRESS

Na mira do frustrado programa de privatizações do governo Jair Bolsonaro (PL), a estatal responsável pelo gerenciamento da fatia da União nos campos do pré-sal deverá ser fortalecida no governo Lula.

Chamada de PPSA (Pré-Sal Petróleo SA), a empresa foi criada no governo Dilma Rousseff para fiscalizar os chamados contratos de partilha da produção do pré-sal, que garantem à União parte do petróleo extraído.

São hoje 19 contratos deste tipo, que garantirão uma arrecadação de US$ 334 bilhões (R$ 1,77 trilhão, pelo câmbio atual) nos próximos anos, segundo estudo divulgado ontem pela estatal.

O valor refere-se a royalties e impostos cobrados sobre uma produção estimada de 7,7 bilhões de barris de petróleo e receita com a venda da fatia dessa produção que pertence à União, estimada em 1,9 bilhão de barris.

Apenas a venda do petróleo da União representa US$ 157 bilhões (R$ 832 bilhões) nos próximos dez anos, segundo a PPSA. Esses recursos são gerenciados diretamente pela estatal, que vem realizando leilões para vender os volumes.

O governo Bolsonaro chegou a cogitar a privatização dos contratos de partilha, antecipando o recebimento dos recursos previstos para os próximos anos, mas o processo não foi adiante. No Congresso, aliados do governo tentam por fim a esse tipo de contrato.

O programa de governo do presidente eleito, por outro lado, fala em fortalecer os contratos de partilha da produção e ampliar os investimentos estatais no setor de petróleo.

"Opomo-nos fortemente à privatização, em curso, da Petrobras e da Pré-Sal Petróleo S.A", diz o texto apresentado à Justiça Eleitoral. "É preciso preservar o regime de partilha, e o fundo social do pré-sal deve estar, novamente, a serviço do futuro", continua.

Em evento para divulgar as projeções para os próximos dez anos, o presidente da PPSA, Eduardo Gerk, evitou tecer comentários sobre impactos da eleição de Lula sobre a estatal. "A PPSA cumpre as políticas que vêm do governo e vai continuar desempenhando suas funções", disse.

Além da venda do petróleo e gás, a empresa é responsável por fiscalizar os contratos, que têm investimentos previstos em US$ 72,5 bilhões (R$ 384 bilhões) nos próximos dez anos, com a contratação de 21 novas plataformas e de 319 poços de exploração e produção de petróleo.

A empresa terá ainda, nos próximos anos, maior participação no mercado brasileiro de gás natural. Hoje, vende à Petrobras os 200 mil metros cúbicos por dia a que tem direito nos campos do pré-sal.

A ideia é também licitar novos contratos de venda de gás quando a produção crescer. A expectativa é que, ao fim desta década, os contratos de partilha rendam ao governo entre dois e três milhões de metros cúbicos de gás natural por dia.

Na nota de divulgação do estudo, Gerk diz que a empresa está se preparando para uma "escalada". Nesse sentido, prepara um concurso para contratar 101 novos servidores, mais do que dobrando o quadro atual, de 86 cargos de livre provimento e quatro diretores.

A previsão é lançar o concurso até o fim de 2023, com contratações para o início de 2024. O aumento das vagas já foi autorizado pelo governo, mas Gerk frisou que a decisão final agora caberá à nova gestão da estatal.

Nota

OFERTA DE AÇÕES DO ASSAÍ ATRAI FORTE PROCURA DOS INVESTIDORES

A oferta de ações do grupo de atacarejo Assaí pelo grupo francês Casino está atraindo forte demanda de investidores. A redução na influência do Casino -que vem sofrendo com dívidas ao longo dos últimos anos- nos rumos da operação do Assaí, e as perspectivas de crescimento do setor de atacarejo no país em um cenário de juros altos e inflação também em patamar ainda elevado, contribuem para a procura pelos papéis. Segundo duas fontes que acompanham a operação, a demanda estaria cerca de duas vezes acima do tamanho total da oferta de R$ 3,5 bilhões, com o preço por ação em torno de R$ 18,50, considerado o lote inicial de 140 milhões de ações e mais um lote adicional em torno de 49,5 milhões.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Aviso de Extravio dos Livros Societários

Hathor Empreendimentos e Participações S.A., sociedade com sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Rosário, 99 – PAV 7 – Centro – CEP 20.041-004, com registro na JUCERJA sob o NIRE 33.300.324.861 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.760.656/0001-21, comunica para os devidos fins o extravio de seus livros societários: – Livro de Registro de Ações Nominativas nº 01; – Livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas nº 01; – Livro de Registro Presença de Acionistas nº01; – Livro de Atas das Assembleias Gerais nº 01; – Livro de Atas de Reunião de Diretoria nº 01; e – Livro de Atas do Conselho de Administração nº 01.

JBC BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/ME 07.230.029/0001-09 - NIRE 33.2.0745720-1
Edital de Convocação de Reunião de Sócios.

Convocamos os sócios da sociedade denominada JBC Brasil Participações Ltda. para se reunirem no dia 8 de dezembro de 2022, às 11:30h (onze horas e trinta minutos), na sede social, localizada na Estrada de Santana, nº. 292, parte, Vila São Luiz, CEP: 25.086-120, Duque de Caxias/RJ, a fim de discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: alteração das cláusulas quinta, nona e dezoito do contrato social, de modo a, respectivamente, atualizar o quadro societário, em função do falecimento do Sr. João Carlos de Souza Mendes; modificar a regra que rege as hipóteses de falecimento ou interdição de sócio; e alterar o foro social para o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, promovendo-se a consequente consolidação do contrato social, a qual deverá refletir as referidas modificações deliberadas e aprovadas. Os representantes legais ou procuradores dos sócios, quando for o caso, deverão apresentar documentação hábil comprovando sua situação.

Duque de Caxias, 29 de novembro de 2022.
Bento Leite de Oliveira Dias - Celestino de Bastos Martins

UNIMED-RIO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
CNPJ/ME nº 12.501.467/0001-02 - NIRE nº 33.3.0029497-0
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente do Conselho de Administração da Unimed-Rio Participações e Investimentos S.A. ("Companhia"), na forma do art. 123, da Lei nº 6.404/76 e do §1º do art. 21 do Estatuto Social da Companhia, convoca os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 05/12/2022, às 9h, em primeira convocação, às 9:30h em segunda convocação, e às 10h em terceira e última convocação, na sede da Acionista majoritária, localizada na Avenida Ayrton Senna, nº 2500, Office III, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para deliberarem sobre a seguinte matéria: não levar a efeito a redução do capital social da Companhia, anteriormente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06/10/2022 e que está em fase de oposição de credores, na forma do art. 174 e seu § 1º, da Lei nº 6.404/76, cancelando, assim, todo e qualquer efeito produzido pelo ato. Os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores deverão observar as disposições previstas no art. 126, da Lei nº 6.404/76, e § 3º, do art. 21, do Estatuto Social da Companhia para participar da Assembleia Geral Extraordinária.

Rio de Janeiro/RJ, 28 de novembro de 2022.
Carlos José Bichara Junior
Presidente do Conselho de Administração da Unimed-Rio Participações e Investimentos S.A.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2022

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 104/2022 no dia 12/12/2022 às 14h00min. - Objeto: Aquisição de Medicamentos e insumos para a saúde (SULFATO DE ZINCO 17,60 MG/ML (4 MG/ML ZINCO ELEMENTAR) SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 100 ML, SUXAMETÔNIO, CLORETO 100 MG INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA, TACROLIMO 1 MG CÁPSULA, TENOXICAM 20MG INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA, TICAGRELOR 90 MG COMPRIMIDO e etc.) Processo nº. 33409.004692/2022-45. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2022

A Pregoeira Débora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 83/2022 no dia 12/12/2022 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de material para o Laboratório de Biologia Molecular do CTC/INC, (ARRANJO DE 24 CAPILARES DE 50 CM REVESTIDOS INTERNAMENTE, CONDICIONADOR PARA LAVAGEM DE BLOCO E BOMBA DOS ANALISADORES GENETICOS APPLIED BIOSYSTEMS SERIE 3500, PRONTO PARA USO, CONJ. DE REAGENTES P/SEQUENCIAMENTO AUTOMÁTICO DE DNA BASEADO NA INCORPORAÇÃO, CONJUNTO DE REAGENTES CONTENDO EXONUCLEASE E FOSFATASE ALCALINA PARA PURIFICACAO DE PRODUTOS DA REACAO DE PCR. SUFICIENTE PARA 500 REACOES e etc). Processo nº. 33409.000899/2022-41. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 951, com escritório à Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º. Andar - Brooklin Paulista, São Paulo - SP, 04571-010 - Edifício Berrini One, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS EMPÍRICA IMOBILIARIO**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 25.235.009/0001-02, com sede na Avenida das Américas, nº 3434, Bloco 7, Sala 201, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22640-102, nos termos do instrumento particular, datado de 18/07/2019, neste ato representado por sua Administradora OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, instituição financeira devidamente autorizada a funcionar pelo BACEN e autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos, nos termos do Ato Declaratório CVM nº 6.696, de 21 de fevereiro de 2002, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3434, Bloco 07, Sala 201, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, e cédula de credito Imobiliário nº 01101, Série 0261, no qual figura como **Fiduciante Eduardo Lemos da Silva**, brasileiro, divorciado, militar, Identidade CBMERJ/RJ 020021 e CPF nº 023.209.067-03, residente no Rio de Janeiro/RJ, levarão a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e/ou On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **06 de Dezembro de 2022 às 09h00, à Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º. Andar - Brooklin Paulista, São Paulo - SP, 04571-010 - Edifício Berrini One**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 495.400,79 (Quatrocentos e noventa e cinco mil, quatrocentos reais e setenta e nove centavos)**, o imóvel abaixo descrito, em lote único, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por: **Imóvel** - Apartamento 1101 do prédio situado na Estrada dos Bandeirantes nº 8751, na Freguesia de Jacarepaguá, e correspondente fração ideal de 10/1870 para o apartamento do respectivo terreno que mede em sua totalidade 130,20m de frente para a Estrada dos bandeirantes em 3 segmentos de: 68,50m, mais 51,67m em curva externa subordinada a um raio de 286,00m; 10,03 em curva interna subordinada a um raio de 6,00m; 130,64m de fundos pela rua Abrahão Jabour; 70,45m a direita pela rua Pedro Calmon em dois segmentos de: 59,58m, mais 10,87m em curva interna subordinada a um raio de 6,00m; 70,83m a esquerda em curva interna subordinada a um raio de 23,61m, com a área total de 8.395,69m². Matrícula nº 392690 do 9º Cartório de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº: 3279449-7. **O imóvel encontra-se ocupado, e será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. A desocupação do imóvel deverá ser providenciada pelo comprador, que assume o risco da ação, bem como todas as custas e despesas, inclusive honorários advocatícios, mediante propositura da competente reintegração na posse, na forma do artigo nº 30, da Lei nº 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **08 de Dezembro de 2022 às 14h30** para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 576.376,00 (Quinhentos e setenta e seis mil, trezentos e setenta e seis reais).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar através da Loja SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net) e do SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. Demais condições de participação online devem ser verificadas no site indicado. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através da Loja SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net) e do SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. A(s) ação(ões) judicial(is) relativa(s) ao(s) imóvel(is) arrematado(s), distribuídas em até 6 meses depois da arrematação, que invalidem a consolidação da propriedade e anulem a arrematação do imóvel pelo COMPRADOR ARREMATANTE, mediante trânsito em julgado, os leilões públicos promovidos pela VENDEDORA ou a adjudicação em favor da VENDEDORA, a arrematação do COMPRADOR ARREMATANTE será rescindida, reembolsados pela VENDEDORA os valores pagos pelo COMPRADOR ARREMATANTE, excluída a comissão do LEILOEIRO, que deverá ser restituída pelo próprio leiloeiro, atualizados os valores a ressarcir pelos mesmos índices aplicados à caderneta de poupança, não fazendo jus o COMPRADOR ARREMATANTE, nesta hipótese de rescisão a juros de mora, multas por rescisão contratual, perdas e danos ou lucros cessantes, devendo o COMPRADOR ARREMATANTE, caso exerça a posse do imóvel, desocupá-lo em 15 dias, sem direito à retenção ou indenização por eventuais benfeitorias que tenha feito no imóvel sem autorização expressa e formal da VENDEDORA. Caso o comprador esteja na posse do imóvel, deverá desocupá-lo em 15 dias a contar da Notificação enviada pelo vendedor ao comprador, sem direito à retenção ou indenização por eventuais benfeitorias que tenha feito no imóvel sem autorização expressa e formal do vendedor. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. O edital completo encontra-se disponível através da Loja SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net) e do SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) o qual o participante declara ter lido e concordado com os seus termos e condições ali estabelecidos. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. Ficam os Devedores Fiduciantes INTIMADOS das designações feitas acima. A publicação do presente edital supre a intimação pessoal. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Informações.: (11) 3296-7555 - Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º Andar- Brooklin Paulista, São Paulo - SP

RENOVAÇÃO DE LICENÇA

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DEL LAGO, CNPJ nº10.684.823/0001-37, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC, através do processo n 14/200.105/2008, a renovação de sua Licença Municipal de Operação para Estação de Tratamento de Esgoto sito em Avenida Rachel de Quiroz,90, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, CEP 22793-100.

IMPÉRIO SOCIEDADE COMERCIAL DE BEBIDAS LTDA.
CNPJ/ME 28.775.179/0001-78 - NIRE 33.2.0033624-7
Edital de Convocação de Reunião de Sócios.

Convocamos os sócios da sociedade denominada Império Sociedade Comercial de Bebidas Ltda. para se reunirem no dia 8 de dezembro de 2022, às 9:30h (nove horas e trinta minutos), na sede social, localizada na Estrada de Santana, nos. 292 e 190, Vila São Luiz, CEP: 25.086-120, Duque de Caxias/RJ, a fim de discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: alteração das cláusulas primeira, quarta e dezessete do contrato social, de modo a, respectivamente, incluir no objeto social as atividades de exploração dos comércios varejista e atacadista de determinadas bebidas alcoólicas e não alcoólicas, produtos alimentícios, artigos de vestuário e acessórios, equipamentos elétricos, móveis e artigos de colchoaria e mercadorias em geral; retratar o ingresso, na sociedade, da Srª. Renata Padilha Mendes e do Sr. João Paulo Padilha Mendes, nos termos do alvará judicial datado de 14.09.2022; e alterar o foro social para o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, promovendo-se a consequente consolidação do contrato social, a qual deverá refletir as referidas modificações deliberadas e aprovadas, bem como a renúncia do sócio José de Bastos Martins ao cargo de administrador da sociedade, realizada em 14.03.2017, que repercute em sua cláusula sexta. Os representantes legais ou procuradores dos sócios, quando for o caso, deverão apresentar documentação hábil comprovando sua situação.Duque de Caxias, 29 de novembro de 2022.

Bento Leite de Oliveira Dias - Celestino de Bastos Martins

HR COMPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.
Sociedade Empresária Limitada
CNPJ/ME nº 02.083.727/0001-05 - NIRE 33.20813788-2
Edital de Convocação - Reunião de Sócios

Ficam convocados os sócios da **HR Compar Participações Ltda.** ("Sociedade") a se reunirem em Reunião de Sócios a ser realizada na sede social da Sociedade, na Av. Luís Carlos Prestes, 350, Sala 304, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.775-055, no dia 09 de dezembro de 2022, às 09 am, para deliberação em 2ª convocação sobre a seguinte ordem do dia: (i) destituição do Sr. **Heraldo Sérgio de Oliveira Ribas** ao cargo de administrador da Sociedade; (ii) eleição de novos administradores para a Sociedade; (iii) voto da Sociedade em assembleias gerais ou reuniões de sócios, conforme o caso, a serem convocadas e realizadas, da ETNE RJ Participações S.A. (CNPJ/ME nº 23.018.580/0001-40), Faugher Distribuidora de Produtos de Higiene Pessoal Ltda. (CNPJ/ME nº 10.648.706/0001-18), L.R. Nordeste S.A. (CNPJ/ME nº 03.470.672/0001-59) e Veria RJ Participações S.A. (CNPJ/ME nº 22.990.738/0001-86), a propósito (a) da destituição do Sr. Heraldo Sérgio de Oliveira Ribas ao cargo de administrador ou diretor, conforme o caso, de referidas sociedades; e (b) eleição de novos administradores ou diretores, conforme o caso, para referidas sociedades; (iv) voto da Sociedade em assembleia geral da Veria RJ Participações S.A. (CNPJ/ME nº 22.990.738/0001-86) para instruir o voto da Veria como acionista da Benfica Administradora de Imóveis Próprios S.A. (CNPJ/ME nº 33.089.053/0001-80), a propósito (a) da destituição do Sr. Heraldo Sérgio de Oliveira Ribas ao cargo de diretor da Benfica; e (b) eleição de novos diretores para a Benfica; e (v) alteração do contrato social da Sociedade para refletir as mudanças na administração, conforme itens "i" e "ii" da ordem do dia, acima; e (vi) outorga de autorização aos administradores para tomarem as medidas e assinarem os documentos necessários ou convenientes à implementação e efeito das deliberações tomadas na Reunião de Sócios. Rio de Janeiro/RJ, 28/11/2022. **Danpa Participações Eireli - Augusto Sérgio de Oliveira Ribas -** Sócio-administrador.

BRILHANTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 10.552.848/0001-87 - NIRE: 33.3.0029085-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23/11/2022 - 1. Data, Hora e Local: Aos 23/11/2022, às 10:00 (dez horas), na sede da Companhia, na Rua do Passeio, nº 38, sala 1201, setor 2, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.021-290. **2. Presença:** Presente a única acionista da Companhia, como se verificou pela assinatura aposta na Lista de Presença de Acionistas (**Anexo I**), sendo dispensada publicação de edital de convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Mesa**: Presidente: José Ángel Lostao Unzu. Secretária: Bianca Soares de Oliveira Borges. **4. Ordem do Dia:** (i) Deliberar sobre a redução do capital da Companhia, por considerá-lo excessivo, nos termos dos artigos 173 e 174 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) Deliberar sobre a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) Autorizar a administração da Companhia a tomar todas as providências cabíveis para registro da presente ata nos órgãos próprios. **5. Deliberações: (i)** Em relação ao item (i) da Ordem do Dia, a Acionista resolve autorizar a redução do capital social da Companhia, no valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por considerá-lo excessivo, com o consequente cancelamento de 20.000.000 (vinte milhões) de ações representativas do capital social da Companhia, todas ordinárias e nominativas, com valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real) cada, de titularidade da Celeo Redes Brasil S.A. ("Acionista"), de modo que, observado o disposto na deliberação "ii" abaixo, o capital social da Companhia passará a ser de R$ 246.463.196,20 (duzentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, cento e noventa e seis reais e vinte centavos), dividido em 246.463.196 (duzentas e quarenta e seis milhões, quatrocentas e sessenta e três mil e cento e noventa e seis) ações de emissão da Companhia, todas ordinárias e nominativas, com valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real), de titularidade da Acionista ("Redução do Capital Social"). Ato contínuo, a Acionista consigna que a Redução do Capital Social, conforme os termos acima aprovados, apenas se tornará eficaz após (a) a publicação desta ata antes de seu respectivo registro na JUCERJA; (b) o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contado da data da publicação desta ata, (b.1) sem que tenha sido apresentada oposição às deliberações ora aprovadas por qualquer dos credores quirografários da Companhia, nos termos do artigo 174, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, ou (b.2) mediante apresentação de comprovante de pagamento e/ou depósito judicial dos valores devidos, caso tenha sido apresentada qualquer oposição à Redução do Capital Social; **(ii)** Em relação ao item (ii) da Ordem do Dia, em decorrência da aprovação da Redução do Capital Social, a Acionista aprova a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a Redução do Capital Social e o correspondente cancelamento de ações de emissão da Companhia. Desta forma, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, cuja versão consolidada encontra-se no **Anexo II** à presente ata, passará a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º** - O capital social da Sociedade subscrito e integralizado é de R$ 246.463.196,20 (duzentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, cento e noventa e seis reais e vinte centavos), dividido em 246.463.196 (duzentas e quarenta e seis milhões, quatrocentas e sessenta e três mil e cento e noventa e seis) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma."* **(iii)** Por fim, em relação ao item (iii) da Ordem do Dia, a Acionista autoriza a administração da Sociedade a praticar todos e quaisquer atos necessários ao registro da presente nos órgãos próprios. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata, que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Rio de Janeiro, 23/11/2022. Mesa: **José Ángel Lostao Unzu** - Presidente; **Bianca Soares de Oliveira Borges** - Secretária. Acionista: **CELEO REDES BRASIL S.A.** - José Ángel Lostao Unzu - Diretor Geral. **ANEXO I - LISTA DE PRESENÇA DOS ACIONISTAS -** Lista de presença de acionistas à Assembleia Geral Extraordinária da **BRILHANTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.,** realizada no dia 23/11/2022.

Acionistas	Quantidade de ações
Celeo Redes Brasil S.A.	100%
TOTAL	**100%**

Rio de Janeiro, 23/11/2022. **CELEO REDES BRASIL S.A.** - José Ángel Lostao Unzu - Diretor Geral. **ANEXO II - ESTATUTO SOCIAL - BRILHANTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - Capítulo I - Denominação Social - Art. 1º** - A Sociedade denominar-se-á **BRILHANTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, é uma sociedade anônima fechada, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pela legislação aplicável, em especial a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e suas alterações posteriores. **Art. 2º -** A Sociedade terá sua sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, nº 38, Setor 2, Sala 1201, Centro, CEP: 20021-290, podendo abrir e fechar filiais, agências e escritórios, em qualquer localidade, por deliberação dos sócios representando a totalidade do capital social. **§único -** A Sociedade possui uma filial localizada na Rodovia CG 462, S/N - km 5,7, lado esquerdo, parte da Fazenda Imbirussu, Campo Grande/MS – Caixa Postal 2024, CEP 79.124-899. **Art. 3º** - A Sociedade tem por objeto a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padres estabelecidos na legislação e regulamentos. **Art. 4º** - A Sociedade terá duração por prazo indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Art. 5º** - O capital social da Sociedade subscrito e integralizado é de R$ 246.463.196,20 (duzentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, cento e noventa e seis reais e vinte centavos), dividido em 246.463.196 (duzentas e quarenta e seis milhões, quatrocentas e sessenta e três mil e cento e noventa e seis) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma. **§1º** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer dos acionistas, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 02 (dois) Diretores ou por 01 (um) Diretor juntamente com 01 (um) procurador legal com poderes especiais. **§2º** - A cada ação ordinária corresponderá 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Art. 6º** - As ações representativas do capital social poderão ser livremente vendidas, cedidas ou transferidas por um acionista para outro, mas, nas hipótesis de venda, cessão, oneração ou transferência de ações por um acionista para terceiros, os demais acionistas terão direito de preferência para a aquisição dessas ações. **§Único.** Todo acionista que desejar exercer o seu direito de preferencia deverá fazê-lo no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da comunicação, por escrito, do desejo expresso do acionista ofertante. **Art. 7º** - A alienação, direta ou indireta, do controle da Companhia somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a fazer oferta de aquisição das ações de propriedade dos demais acionistas da companhia, de modo a lhes assegurar preço no mínimo igual ao valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, e de no mínimo 70% (setenta por cento) deste valor para os detentores de ações sem direito a voto. **Art. 8º -** Em qualquer caso, a venda, cessão ou transferência de Ações exigirá a prévia aprovação por escrito da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sempre que assim exigido por lei ou pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote B do Leilão ANEEL nº 008/2008 ("Contrato de Concessão"). **Capítulo III - Assembléias Gerais - Art. 9º** - As Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Diretor Geral, quando entender conveniente ou necessário, ou pelos acionistas da Companhia nos termos do Artigo 123 da Lei nº 6.404/76. **§1º -** As Assembleias Gerais serão presididas pelo acionista que na ocasião for escolhido por maioria de votos dos presentes e secretariadas por quem ele indicar. **§2º** - As Assembleias Gerais serão instaladas nos termos do Artigo 125 da Lei nº 6.404/76. **§3º** - A primeira convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com 08 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contados da data da primeira publicação do respectivo anúncio. Não se realizando a assembleia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias contados da data da primeira publicação desta segunda convocação. **§4º** - Só poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome, no registro competente, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a sua realização. **§5º** - Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais da Companhia por procuradores devidamente constituídos nos termos da lei. **§6º** - As Assembleias Gerais da Companhia serão ordinárias ou extraordinárias, devendo realizar-se conforme segue: (a) ordinariamente, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, de acordo com o Artigo 132 da Lei nº 6.404/76; e (b) extraordinariamente, sempre que necessário ou conveniente. **§7º -** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipótesis especiais previstas em lei e o disposto no parágrafo Oitavo abaixo, serão tomadas por acionistas detentores de, no mínimo, a maioria do capital social total votante da Companhia, não se computando os votos em branco. **§8º** - As deliberações da Assembleia Geral referentes aos seguintes assuntos serão tomadas por acionistas detentores da unanimidade do capital social total votante da Companhia: (i) alterações que impliquem desvios do Plano de Negócios da Companhia; e (ii) celebração de qualquer aditivo de qualquer contrato assinado com uma empresa do Grupo Elecnor, com exceção do previsto no artigo 14, (d), (i) e (ii) abaixo. **Capítulo IV - Administração - Art. 10 -** A administração da Companhia competirá a uma Diretoria composta de 4 (quatro) Diretores, que ocuparão os seguintes cargos: (i) Diretor Geral; (ii) Diretor de Operações; (iii) Diretor Financeiro; e (iv) Diretor Técnico. **§1º** - Os Diretores serão residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelos acionistas, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **§2º** - A investidura no cargo de Diretor far-se-á mediante assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reunião de Diretoria, sendo que os Diretores permanecerão no cargo até a posse de seus sucessores. **§3º** - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, que poderá fixar uma verba global para tanto. **§4º -** Os Diretores ficam dispensados de prestar caução para garantia de sua gestão. **§5º** - No caso de falta, vacância ou impedimento temporário de qualquer Diretor, os acionistas nomearão o seu substituto nos termos da lei. **Art. 11** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer acionista, Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos objetivos sociais, tais como cauções, fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **§Único -** As vedações expressas no artigo 11 não se aplicam aos atos que visem constituir e/ou modificar garantias decorrentes de operações da Sociedade, já aprovadas em Assembleia Geral, tais como, sem exclusão de outras garantias: (i) garantias decorrentes de financiamentos com instituições financeiras; (ii) garantias relacionadas à transações de compra e venda de participações societárias; (iii) garantias bancárias e/ou corporativas para garantir os pagamentos dos prestadores de serviços e fornecedores; e (iv) garantias e ou contragarantias para garantir o juízo em processos judiciais que seja parte. **Art. 12** - Compete ao Diretor Geral a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e a coordenação dos trabalhos do Diretor de Operações, do Diretor Financeiro e do Diretor Técnico, com poderes de representação em geral de forma a gerir os negócios sociais, para representar a Companhia, judicial ou extrajudicialmente, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia. **Art. 13 -** Compete ao Diretor de Operações, Diretor Financeiro e ao Diretor Técnico auxiliarem o Diretor Geral na coordenação das atividades da Companhia, observado o disposto nos Artigos 14, 15 e 16 abaixo. **Art. 14** - A Companhia será representada perante terceiros, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele: a) pela assinatura do Diretor Geral individualmente em qualquer ato; b) observado o disposto no Artigo 15 abaixo, pela assinatura em conjunto (i) de 2 (dois) Diretores entre o Diretor de Operações, o Diretor Financeiro e o Diretor Técnico, (ii) de 1 (um) desses Diretores e 1 (um) Procurador nomeado nos termos do Artigo 16 abaixo, ou (iii) de 2 (dois) Procuradores nomeados nos termos do Artigo 16 abaixo, em qualquer ato; c) pela assinatura, individualmente, (i) do Diretor de Operações, (ii) do Diretor Financeiro, (iii) do Diretor Técnico, ou (iv) de 1 (um) Procurador nomeado nos termos do Artigo 16 abaixo, nos seguintes atos: (1) celebrar contratos com terceiros que impliquem a assunção de obrigações pela Companhia em montantes inferiores ou iguais a R$ 100.000,00 (cem mil reais); (2) realizar pagamentos nas contas bancárias da Companhia cujo valor individual seja inferior ou igual a R$ 100.000,00 (cem mil reais); (3) independentemente de prévia e expressa deliberação dos Acionistas nos termos do disposto no Artigo 15 abaixo, firmar, com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, qualquer aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica relativo ao Lote B do Leilão nº 008/2008-ANEEL; (4) transferências entre contas bancárias de titularidade da Companhia, sem restrição de valor; (5) realizar pagamentos de impostos, taxas, contribuição de melhoria e tributos de qualquer natureza, em qualquer valor; e (6) representar a companhia nos processos judiciais, incluindo todos os poderes da cláusula ad judicia, e procedimentos administrativos de qualquer natureza. (d) pela assinatura de 2 (dois) Diretores entre o Diretor Financeiro ou o Diretor Técnico, sempre em conjunto com o Diretor de Operações, para, independente do valor, praticar exclusivamente os seguintes atos: (i) celebrar Contratos de Prestação de Serviços de Elaboração de Projetos, Gerenciamento, Fornecimento de Equipamentos e Materiais, Construção Civil, Montagem e Comissionamento em Regime de Empreitada Integral na Modalidade EPC para implantação do Contrato de Concessão, bem como de reforços e/ou melhorias autorizados e/ou determinados pelo Poder Concedente ("Contratos EPC") e seus respectivos aditivos; e (ii) celebrar Contratos de Operação e Manutenção e seus respectivos aditivos, referentes às instalações objeto do Contrato de Concessão. (e) pela assinatura em conjunto (i) de 2 (dois) Diretores entre o Diretor de Operações, o Diretor Financeiro e o Diretor Técnico, (ii) de 1 (um) desses Diretores e 1 (um) Procurador nomeado nos termos do Artigo 16 abaixo, ou (iii) de 2 (dois) Procuradores nomeados nos termos do Artigo 16 abaixo, para, independentemente do valor, celebrar contratações relacionadas aos Contratos EPC, assim como seus subcontratos. **Art. 15** - O Diretor de Operações, o Diretor Financeiro e o Diretor Técnico são proibidos de engajar a Companhia nos seguintes atos, exceto se prévia e expressamente autorizados por deliberação dos Acionistas: a) celebrar contratos com terceiros que impliquem a assunção de obrigações pela Companhia em montantes superiores a R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais); b) vender, ceder ou de qualquer outra forma transferir, a qualquer título, ativos da Companhia em valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais); c) comprar bens do ativo não circulante, que envolvam valores superiores a R$ 100.000,00 (cem mil) reais; d) constituir gravames reais sobre os ativos de propriedade da Companhia que envolvam valores superiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais); e) realizar investimentos em nome da Companhia; f) autorizar a participação da Companhia em outras sociedades; g) realizar pagamentos nas contas bancárias da Companhia em montante cujo valor individual seja superior a R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais); h) nomear procurador para praticar qualquer dos atos relacionados nos itens (a) a (g) acima. **Art. 16** - Observados os limites e competências previstos nos Artigos 14 e 15 acima, o Diretor Geral individualmente ou 2 (dois) Diretores em conjunto entre o Diretor de Operações, Diretor Financeiro e o Diretor Técnico, poderão nomear Procuradores para representar a Companhia por meio da outorga de procurações que especifiquem os seus respectivos poderes, as quais terão um prazo de validade não superior a 3 (três) anos, com exceção daquelas: (i) outorgadas a advogados para representar a Companhia judicial ou administrativamente; e (ii) relacionadas aos financiamentos da própria Sociedade, cuja finalidade seja financiar a realização dos objetivos de Contratos de Concessão junto à União Federal, representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (

PRIMAVERA: Sol com nuvens de manhã. Chuvas à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 27º 18º 75% 05:10 18:40

CATAR

Riquinhos batem recorde em pacotes vips para Copa

JULIO WIZIACK/FOLHAPRESS

Turistas endinheirados fizeram o país bater recorde na venda de pacotes vip para a Copa do Catar. A procura foi tão grande que os preços para quatro noites na primeira fase saltaram de US$ 7 mil para US$ 8.250. Já não há mais vagas disponíveis.

Os pacotes não incluem bilhetes aéreos, nem ingressos para os jogos (US$ 950 cada). Nas fases seguintes da competição, os ingressos vão encarecendo 25%, até a final.

Segundo o Grupo Águia, que opera esse serviço com exclusividade no Brasil e no Canadá, foram 2.500 brasileiros enviados, quase 500 a mais do que na Copa da Rússia.

"O fim da pandemia é, sem dúvida, um fator que explica esse aumento", disse Paulo Castelo Branco, presidente de projetos especiais do grupo.

Segundo ele, diferentemente dos demais locais do Catar, onde a bebida custa uma fortuna, há cerveja e alimentação incluída nos pacotes em todos os locais reservados nos estádios para os torcedores.

O Brasil só não superou em turistas o México, EUA e os vizinhos árabes, como Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

SERASA

Caixa e Enel participam do Feirão Limpa Nome

CAMILA MACIEL/ABRASIL

Pela primeira vez com a participação da Caixa Econômica Federal e da Enel, o Feirão Limpa Nome da Serasa negociou, desde novembro, mais de 4 milhões de dívidas. Nos diferentes canais de atendimento, digital ou presencial, foram firmados acordos que somam cerca de R$ 10 bilhões em descontos em todo o país. O evento, que ocorre em parceria com 267 empresas, segue até 5 de dezembro nas plataformas on-line e até 3 de dezembro nas tendas físicas.

O número de inadimplentes no país está em alta pelo 9º mês consecutivo e alcança 68,39 milhões de pessoas. Em setembro, as pessoas com dívidas em atraso somaram 68,3 milhões, segundo o Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas da Serasa. A soma de todas as dívidas passa de R$ 295 bilhões, o que equivale ao Produto Interno Bruto (PIB), soma de todas as riquezas, do estado da Bahia.

A Caixa está oferecendo descontos de até 90% para dívidas de 4 milhões de clientes, que incluem cartão de crédito, cheque especial, capital de giro etc. As contas em atraso da Enel, por sua vez, podem ser quitadas com descontos de até 55% e parcelamento em 12 vezes. De acordo com o Serasa, as empresas oferecem descontos de até 99% e baixa de negativação imediata. O valor médio da dívida do brasileiro inadimplente é de R$ 4.324,42 e o segmento de bancos e cartões concentra a maior parte das contas em atraso, com 29,45%.

Em São Paulo, uma tenda foi montada no Largo da Batata, zona oeste da cidade, para o atendimento presencial. Lá é possível usufruir, por exemplo, das condições oferecidas pela campanha Você no Azul da Caixa Econômica Federal. Segundo o banco, cerca de 80% dos contemplados nessa campanha podem liquidar as dívidas pagando até R$ 1 mil. Também há tendas no Rio de Janeiro, na Cinelândia; e em Belo Horizonte, na Praça da Estação. Além disso, os interessados podem buscar atendimento em 11 mil agências dos Correios que participam da iniciativa.

Quem quiser negociar dívidas por meio do Feirão Limpa Nome pode acessar o site do Serasa ou aplicativo no Play Store e Apple Store. Também estão disponíveis os seguintes números de contato: ligação gratuita pelo 0800 591 1222 e WhatsApp (11) 99575.2096.

TESOURO

Sobe para 21 número de estados com nota A e B

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL –

Beneficiados pela recuperação econômica e pela inflação, que aumenta a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), os estados estão podendo pegar empréstimos com mais facilidade. Em 2022, 21 estados receberam notas A e B do Tesouro Nacional e estão autorizados a contrair operações de crédito com garantia da União, quando o governo federal cobre eventuais prejuízos ou inadimplências.

As informações constam do Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, divulgado hoje (29) pelo Tesouro Nacional. No ano passado, 20 estados tinham recebido notas A e B da Capacidade de Pagamento (Capag).

Em 2022, Goiás e Tocantins subiram da nota C para B. Em contrapartida, o Maranhão caiu da classificação B para C e deixou de ser elegível a receber operações de crédito com a garantia da União. Ao todo, seis estados não podem pegar empréstimos com garantias da União. Além do Maranhão, estão nessa situação os estados do Amapá (nota C), de Minas Gerais (nota D), do Rio de Janeiro (nota C), do Rio Grande do Norte (nota C) e do Rio Grande do Sul (nota D).

NOTAS MÁXIMAS

Em 2022, sete estados receberam o conceito máximo A, que indica a melhor situação fiscal, contra cinco em 2021. Estão nessa situação o Espírito Santo, o Mato Grosso, a Paraíba, Rondônia e Roraima, que também tinham recebido a nota máxima em 2021. Neste ano, eles ganharam a companhia do Mato Grosso do Sul e do Pará.

Pela metodologia do Tesouro Nacional, a Capag apura a situação fiscal dos estados e municípios que querem contrair novos empréstimos com garantia da União, de forma a verificar se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional. O cálculo é composto por três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez.

Com base nesses indicadores, o Tesouro concede aos estados notas de A a D, sendo requisito para recebimento de garantia da União que o ente tenha capacidade de pagamento calculada e classificada como A ou B.

CASCATA

Alesp aprova aumento de 50% do salário de Tarcísio

PAULA SOPRANA/FOLHAPRESS

A Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) aprovou ontem aumento de 50% dos salários do governador eleito Tarcísio de Freitas (Republicanos), de seu vice Felício Ramuth (PSD) e do novo secretariado, com efeito cascata também para outros servidores.

Foram 56 votos a favor e apenas 6 contrários. Eram necessários ao menos 48 votos no plenário -de um total de 94 deputados estaduais.

O projeto segue agora para sanção do atual governador, Rodrigo Garcia (PSDB), que estimou um impacto anual de R$ 1,5 bilhão aos cofres públicos.

A pauta foi articulada pela base de Rodrigo com a do futuro titular do Palácio dos Bandeirantes e com parte da oposição, com o objetivo de beneficiar outras categorias de servidores que ganham o teto.

Além do aumento para o governador, a medida tem efeito cascata sobre o salário de servidores.

Com a mudança, a remuneração do governador passa de R$ 23 mil para R$ 34,6 mil; a do vice-governador sai de R$ 21,9 mil para R$ 32,9 mil; e a dos secretários, de R$ 20,7 mil para R$ 31,1 mil.

O texto do projeto aprovado diz que a medida é retroativa a 2022, mas esse ponto ainda estaria em discussão, segundo parlamentares. O último reajuste salarial foi em 2019.

Em entrevista no dia 17 de novembro, Tarcísio indicou apoio à proposta, mas disse que era preciso ter responsabilidade com a medida porque sai do salário do governador a baliza para o teto do funcionalismo.

"No final das contas, isso impacta uma série de carreiras e impede que uma série de profissionais tenham aumento real; já estão com perda salarial porque esse teto está congelado desde 2019", disse na ocasião.

Proposto em 19 outubro por parlamentares do comando da Casa -Carlão Pignatari (PSDB), Luiz Fernando (PT) e Rogério Nogueira (PSDB)-, o projeto tramitava com urgência. Foi adiado algumas vezes por falta de quórum.

Com relatoria do Delegado Olim (PP), a proposta foi aprovada por cinco líderes partidários em reunião conjunta de comissões em 8 de novembro. Republicanos, PL, do PT, MDB, PP e PSDB foram favoráveis ao aumento. Ricardo Mourão, líder do Partido Novo, foi o único contrário à medida.

Em tentativas de aprovação anteriores, houve mais votos favoráveis de deputados de partidos ligados a Tarcísio (Republicanos, PL e PP) do que de partidos ligados a Rodrigo (PSDB e União Brasil). A bancada da bala votou sim em peso, mas não foi suficiente.

O lobby para o aumento veio principalmente de policiais, auditores fiscais e outras carreiras que atingem o topo do funcionalismo. Eles alegam que os salários estão sem reajuste desde 2019 devido ao congelamento do teto -o salário do governador representa o limite.

Tarcísio terá uma base confortável na Casa -63 das 94 cadeiras. Rodrigo, que declarou apoio incondicional no segundo turno a Tarcísio e a Jair Bolsonaro (PL), também tem maioria.

A proposta para aumentar o salário do governador cabe somente à Assembleia -não pode ser uma iniciativa do Executivo.

De acordo com deputados envolvidos nos trâmites, a ideia teve o aval de Rodrigo e também de Tarcísio -já que o funcionalismo da segurança pública é parte importante da base eleitoral do novo governador.

NOVO GOVERNO

Tarcísio anuncia duas novas secretarias e extinção de pasta

CAROLINA LINHARES/FOLHAPRESS

O governador eleito Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou ontem que deve criar duas secretarias, da Mulher e de parcerias com a iniciativa privada, e extinguir ou fundir outras pastas no Governo de São Paulo.

Apesar de não ter anunciado nenhum novo secretário ontem, Tarcísio reuniu os coordenadores de cada tema em sua equipe de transição, dando pistas de eventuais futuros secretários.

Quatro dos coordenadores temáticos já foram anunciados como secretários: Renato Feder (Educação), Eleuses Paiva (Saúde), Arthur Lima (coordenação da transição e futuro secretário da Casa Civil) e Natália Resende (que coordena Meio Ambiente, Habitação e Infraestrutura na transição e será secretária de Infraestrutura, Meio Ambiente e Transportes).

Os demais coordenadores temáticos, que acompanharam Tarcísio em entrevista à imprensa, são: Ana Biselli (Turismo), Capitão Derrite (Segurança Pública e Administração Penitenciária), João Sampaio (Agricultura e Abastecimento), Rosana Valle (Desenvolvimento Social, Mulheres e Direitos das Pessoas com Deficência), Samuel Kinoshita (Gestão, Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Finanças) e Odilon Wagner (Cultura).

A criação da Secretaria da Mulher era uma promessa de campanha e a cotada para o cargo é a deputada federal Rosana Valle (PL-SP), apoiadora do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Para a secretaria que cuidará de parcerias público-privadas e investimentos, Tarcísio afirmou que nomeará alguém de sua confiança -provavelmente um nome que integrou sua equipe no Ministério da Infraestrutura.

Atualmente, o governo Rodrigo Garcia (PSDB) tem uma subsecretaria para o tema, portanto a ideia de Tarcísio é elevar o status -segundo ele, para que haja interlocução de projetos com as demais secretarias.

"Quando você vai trabalhar com investimento, existe uma questão de transversalidade. Funciona se a pessoa que está conduzindo esses projetos for bastante empoderada. E é bom que seja um secretário com proximidade com o governador", afirmou à imprensa.

Por outro lado, Tarcísio afirmou que deve extinguir a Secretaria de Desenvolvimento Regional, que terá suas funções divididas entre as pastas de Governo e Casa Civil. Na gestão atual, a pasta, que cuida da interlocução com prefeitos e do envio de verba para os municípios, foi entregue ao PSDB, como forma de fortalecer o partido no interior.

Agora, como o presidente do PSD, Gilberto Kassab, ocupará a Secretaria de Governo e será o nome forte do governo Tarcísio, como antecipou a Folha de S.Paulo, ele deve acumular a função de interlocução com o interior.

"Tem áreas que a gente percebe que podem ser perfeitamente fundidas. Não adianta ter várias secretariazinhas pequenas que acabam não tendo poder de barganha nem força orçamentária", disse Tarcísio.

O governador eleito disse ainda que terá uma pasta dedicada à Gestão, que cuidará de RH e da digitalização do governo. Segundo Tarcísio, o governo pode "digitalizar mais processos e serviços".

Hoje existe uma secretaria de Orçamento e Gestão, mas Tarcísio quer que parte das suas atribuições seja transferida para a Fazenda. A Secretaria da Fazenda deve incluir planejamento, orçamento, receita e tesouro.

Tarcísio afirmou que também estuda a quais pastas estarão vinculadas entidades e autarquias. "A gente está pensando em criar uma área dedicada às parcerias com o investidor privado. É muito provável que as agências reguladoras fiquem vinculadas a essa área."

TRANSPORTE

Estações Paulista e Consolação, do metrô, terão nova conexão em 3 anos

BRUNO LUCCA/FOLHAPRESS

O governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), anunciou ontem a construção de uma nova ligação entre as estações Paulista (linha 4-amarela) e Consolação (linha 2-verde) do metrô. Ambas ficam na região central da capital.

Além disso, a estação Paulista, que tem sua entrada na rua da Consolação, deve ganhar um novo acesso pela rua Bela Cintra, às costas da passagem já existente. O ponto exato não foi confirmado.

A nova conexão terá início ao lado da atual, que passa por baixo das ruas Bela Cintra e Haddock Lobo. A ideia é que ela atenda quem segue da estação Consolação para a Paulista. Com isso, a atual ligação ficaria livre para ser usada apenas por passageiros que vão da Paulista para a Consolação.

O anúncio foi feito na estação Consolação. O prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB), também marcou presença.

Orçada em R$ 60 milhões, a construção da ligação deve ser concluída em três anos. "Esta é uma obra complexa que vai levar três anos, mas, quando estiver pronta, vai mudar a vida das pessoas que acessam a estação e fazem a interligação das duas linhas. Essa é uma obra de mais de R$ 60 milhões que vai melhorar muito o fluxo de pessoas", disse Rodrigo.

Serão cerca de 90 metros de extensão do novo túnel com profundidade que vai variar entre 20 e 25 metros, pois ele terá uma leve inclinação. Serão 7,5 metros de largura e 5,5 metros de altura. A estrutura também vai contar com equipamentos de ventilação e sensores para a contagem de passageiros que fazem a transferência. Já o novo acesso à estação Paulista deve ser inaugurado em três meses, segundo os responsáveis, e custar R$ 2,5 milhões.

Com capacidade para receber 18 mil passageiros por hora, o principal benefício do novo túnel, segundo o Metrô, será a distribuição do fluxo de passageiros, proporcionando às pessoas uma conexão com mais espaço para circulação.

Segundo o governo paulista, deve ser emitida, ainda nesta semana, a primeira ordem de serviço para o consórcio Conexão Paulista/Consolação iniciar os preparativos da escavação e obra, além da montagem do canteiro, que deve resultar em desvios no trânsito na região.

Nota

BRITÂNICO É SEQUESTRADO POR QUADRILHA DO PIX EM SP APÓS VER JOGO DO BRASIL PELA COPA

Um britânico de 36 anos, que estava a passeio no país, foi sequestrado e agredido por criminosos após deixar uma tabacaria onde assistiu ao jogo entre Brasil e Suíça pela Copa do Mundo. O caso ocorreu na noite de segunda-feira passada na zona norte de São Paulo. Em seu depoimento, a vítima, que informou aos policiais que entende bem e fala razoavelmente o português, relatou que veio ao país visitar seu filho e decidiu ir até um estabelecimento comercial para acompanhar a seleção brasileira. No momento em que saiu para comer um pastel, ele foi atacado, sendo mantido dentro de um carro por algumas horas. A vítima não foi levada para cativeiro. De acordo com o boletim de ocorrência, vizinhos estranharam a movimentação dentro de um automóvel estacionado na rua Doutor Campos de Mello, no Jardim Bandeirantes, na região do Jaraguá, e resolveram acionar a Polícia Militar.

PASSANDO A BOIADA

Guedes raspa R$ 366 milhões dos cofres das universidades

PAULO SALDAÑA/FOLHAPRESS

A pouco mais de um mês para o fim do ano, o governo Jair Bolsonaro (PL) fez um novo congelamento no orçamento das instituições federais de ensino superior. A área econômica havia promovido um bloqueio em outubro, mas por causa da repercussão negativa no período eleitoral, recuou dias depois.

As instituições receberam na segunda-feira passada, no entanto, ofício em que oficializa o bloqueio dos recursos disponíveis nas contas bancárias -na prática, os caixas foram zerados. A decisão foi tomada para atender as regras do teto de gastos, que limitam o aumento de despesas do governo.

O bloqueio tirou R$ 244 milhões das universidades federais e R$ 122 milhões dos institutos, segundo informações das instituições -totalizando R$ 366 milhões de congelamento.

Em mensagem enviada a reitores por lideranças do MEC (Ministério da Educação), obtida pela reportagem, a pasta afirma que "em momento nenhum participou dessa decisão", tomada pela equipe do ministro Paulo Guedes (Economia).

Em nota, o MEC confirmou que foi notificado pela Economia a respeito dos bloqueios.

Reitores afirmam que a gestão das instituições fica inviável com os bloqueios. Há críticas sobre a divulgação do corte em dia de jogo do Brasil na Copa do Mundo -na segunda, a seleção enfrentou, e venceu, a Suíça.

"Enquanto o país inteiro assistia ao jogo da seleção brasileira, o orçamento para as nossas mais diversas despesas (luz, pagamentos de empregados terceirizados, contratos e serviços, bolsas, entre outros) era raspado das contas das universidades federais, com todos os compromissos em pleno andamento", diz nota da Andifes, que representa os reitores das universidades federais. "O governo parece 'puxar o tapete' das suas próprias unidades com essa retirada de recursos".

O Conif (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) também divulgou nota em que condena o bloqueio. Para o órgão, essa limitação na prática é um corte.

No início de outubro, quando o governo bloqueou os chamados limites de empenho (que definem quanto as instituições podem de fato gastar), havia o argumento de que tudo seria liberado em dezembro. O ministro da Educação, Victor Godoy Veiga, chegou a negar que houvesse corte e acusou reitores de fazer politicagem às vésperas das eleições.

O tema ganhou repercussão durante o pleito. Dias depois, o próprio ministro anunciou o desbloqueio daquilo que, segundo ele dissera, nem havia sido bloqueado.

As instituições já vivem sob uma realidade de enxugamento de recursos neste ano. Em junho, universidades perderam R$ 438 milhões e os institutos, R$ 186 milhões.

A equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) negocia na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Transição a retirada dos gastos do bolsa família do teto de formar a abrir espaço fiscal para fortalecer o orçamento de várias áreas.

O gabinete de transição vislumbra um incremento de R$ 12 bilhões nos recursos do MEC para o ano que vem caso a PEC consiga passar. Lula colocou como prioridade a retomada do orçamento das federais e o aumento do programa de alimentação escolar, ampliando assim as transferências federais para redes de ensino.

SEGURANÇA

Transição quer pegar donos de armas por crimes de menores

RAQUEL LOPES/FOLHAPRESS

A equipe de transição da Justiça e Segurança Pública estuda criar uma área específica para armas no Ministério da Justiça e Segurança Pública (ou somente Segurança Pública) e responsabilizar donos por crimes cometidos por menores de idade com armas deles.

Segundo Marco Aurélio de Carvalho, coordenador do grupo de armas na equipe da Justiça e Segurança Pública, há a possibilidade de se criar uma secretaria voltada ao tema de armas. Um dos objetivos é conseguir integrar o banco de dados do Exército e da Polícia Federal e compartilhar esses dados com as polícias estaduais.

"A política pública que nós vamos estabelecer é uma política de controle e de verificação. O grupo está fazendo um trabalho preliminar, um diagnóstico. Hoje a população civil armadas é de contingente quase igual a soma da polícia civil e dos militares. O diagnóstico é de descontrole", afirmou Carvalho ontem no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), em Brasília, onde o governo de transição se reúne.

No Brasil, as armas são liberadas pela PF e pelo Exército. Na Força, ficam registradas armas de CACs (caçadores, atiradores e colecionadores), das Forças Armadas e o armamento particular de militares, incluindo policiais e bombeiros.

É pela PF que o cidadão comum pode ter a posse de arma para defesa pessoal. No Sinarm (Sistema Nacional de Armas) também ficam cadastradas armas da Polícia Civil, guarda municipal, caçador de subsistência, servidor público e lojas de armas.

Uma das integrações previstas seria a do Sisnar (Sistema Nacional de Rastreamento de Produtos Controlados pelo Exército) com o Sinesp (Sistema Nacional de Informação de Segurança Pública).

O Sinesp é o sistema do Ministério da Justiça que agrega dados de segurança pública e pode ser acessado por policiais estaduais, PF e PRF. Atualmente, ele é a principal ferramenta usada no dia a dia de policiais para o rastreamento de armas.

No entanto, não agrega dados do Exército, que é o órgão responsável por registrar armas de CACs, militares das Forças Armadas e policiais. Integrados, os dois sistemas fariam com que quem trabalha na área de segurança pública e no Exército tivesse acesso a todas as bases de dados.

NOVO GOVERNO

Lula articula base no Congresso com MDB, União Brasil e PSD

FOLHAPRESS

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) entrou de vez em campo para articular a formação da base de partidos que dará sustentação ao seu governo na Câmara e no Senado.

Na noite de segunda-feira, o petista se reuniu com representantes do MDB e, ontem, com líderes da União Brasil. Nos encontros, Lula convidou ambas as siglas para fazerem parte de sua base no Congresso. Ele também acrescentou que quer que o PSD faça parte do grupo.

Se confirmada a aliança, esses partidos se somariam às principais legendas que integraram a coligação de Lula nas eleições: Rede, PV, PSB e PCdoB.

Segundo aliados, a prioridade de número um do presidente eleito é articular a formação de blocos no Congresso e garantir a aprovação da PEC da Transição em ambas as casas em dezembro. Em outra frente, o presidente eleito já arma o time que defenderá suas propostas no Parlamento.

Senadores, sobretudo, esperavam esse gesto por parte do presidente eleito para destravar a negociação da PEC. Num analogia, diziam que era preciso que o dono da bola a colocasse em campo para conseguir negociar, numa referência à necessidade de Lula chamá-los a contribuir e fazer parte do governo.

RICARDO STUCKERT

Nas reuniões desta semana não foram discutidos espaços em ministérios, mas a expectativa de integrantes dos partidos cobiçados é que esse seja um dos temas dos próximos encontros.

Lula deverá ter ainda esta semana encontros com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Pessoas próximas de Lula dizem que é importante para o governo eleito conseguir garantir a aprovação de uma proposta que abra espaço robusto para investimentos, além de assegurar a manutenção do pagamento de R$ 600 do Auxílio Brasil –que voltará a se chamar Bolsa Família– e outros programas.

Caso consiga a aprovação da PEC, o petista largaria numa situação orçamentária mais confortável, o que o tornaria menos refém do Congresso.

Do lado petista, têm participado dos encontros o senador Jaques Wagner (PT-BA), a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, o deputado José Guimarães (PT-CE), além do ex-prefeito Fernando Haddad (PT-SP), cotado para chefiar o Ministério da Fazenda.

Para formar a base, Lula quer que os partidos integrem blocos formais no Senado e na Câmara. No Senado, o cenário é mais fácil de se concretizar, já que Rodrigo Pacheco tem dialogado bem com o PT desde antes da eleição e não se opõe a essa configuração.

Além disso, o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), tem sinalizado querer ocupar a liderança do governo no Senado ou pavimentar o caminho para suceder Pacheco no comando da Casa legislativa.

Já o MDB tende a ser o partido mais próximo de Lula entre os três que estão sendo cobiçados. Terceira colocada na eleição presidencial, a senadora Simone Tebet (MDB-MS) teve papel central no segundo turno do pleito e é cotada para assumir um ministério.

Na Câmara, a perspectiva é mais nebulosa. PSD, União Brasil e MDB vão apoiar a reeleição de Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Casa, assim como o PT. Os três partidos, no entanto, têm negociado ingressar no bloco de Lira para angariar espaços na mesa diretora.

VACINAS PARA 2023

Butantan espera discutir com transição produção da Coronavac

ANA BOTTALLO/FOLHAPRESS

A produção da vacina Coronavac, que está parada no momento, pode ser retomada no próximo ano se houver interesse do governo eleito, diz o diretor-executivo da Fundação Butantan e ex-diretor do instituto de mesmo nome, Dimas Tadeu Covas. Segundo ele, não houve procura pelo atual governo para adquirir mais doses do imunizante nem mesmo para crianças. Atualmente, o estoque no instituto tem 2,5 milhões de doses.

Porém, ao menos sete capitais do país pararam a vacinação em crianças de 3 e 4 anos devido à falta de doses. "Nós tínhamos um contrato de 100 milhões de doses com o governo federal. Depois, foi feito um contrato aditivo para mais 6 milhões, mas o governo apenas pediu 2 milhões. O único estado que não foi afetado pela paralisação foi São Paulo, pois aqui temos o instituto que faz a distribuição diretamente ao PEI (Programa Estadual de Imunização)", afirmou Covas em entrevista na tarde de ontem na sede do Butantan, na zona oeste paulistana.

Ainda de acordo com Covas, a produção da Coronavac não é a única que foi afetada pela falta de contratos com o Ministério da Saúde. "O instituto fornece oito vacinas anualmente ao ministério, e esses contratos ainda não foram firmados. Em fevereiro e março começa a distribuição da vacina contra influenza e até o momento não temos um contrato da pasta para essas doses", disse.

Para ele, uma reversão do cenário com o atual governo é improvável. O mais esperado é que o governo eleito faça uma sinalização para a aquisição dos imunizantes no próximo ano. "Houve um anúncio por parte da equipe de governo de transição para dizer que a vacinação vai ser retomada em todo o país a níveis pré-pandemia, com uma ampliação das vacinas ofertadas. Estamos aguardando um movimento por parte deles para a aquisição."

A aceleração da vacinação com reforço também é algo esperado pelo médico hematologista. Segundo ele, só metade da população brasileira recebeu a terceira dose, e isso preocupa. "Hoje a vacinação no Brasil está no menor ritmo desde o início. Precisa retomar, precisa completar o reforço com a última dose disponível, sem falar naqueles que ainda não tomaram nenhuma vacina.

ATENDIMENTO REMOTO

Senado aprova com mudanças projeto que autoriza telessaúde

THAÍSA OLIVEIRA/FOLHAPRESS

O Senado aprovou ontem com mudanças o projeto de lei que autoriza e regulamenta a prática de telessaúde. A modalidade de prestação remota de serviços engloba não só a telemedicina, mas também atendimento em enfermagem, fisioterapia e psicologia, por exemplo.

Como o texto foi modificado pelo Senado, ele retorna à Câmara dos Deputados, onde tinha sido aprovado em abril por 300 votos a 83.

A prática de telessaúde foi permitida em caráter emergencial durante a pandemia de Covid-19, em 2020, e se tornou uma das principais bandeiras do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

O texto estabelece princípios para a prática, como autonomia do profissional de saúde, consentimento do paciente, assistência segura e direito de recusa ao atendimento remoto. Segundo o projeto, atos do profissional envolvido teriam abrangência nacional.

Os conselhos federais ficariam responsáveis pela normatização ética da prestação dos serviços remotos. O texto também afirma que o atendimento remoto deve assegurar a confidencialidade dos dados do paciente.

O projeto, de autoria da deputada federal Adriana Ventura (Novo-SP), foi relatado pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

Veneziano aceitou a sugestão do senador Roberto Rocha (PTB-MA) e excluiu do texto o dispositivo que igualava o preço de serviços remotos ao de presenciais.

O líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), elogiou o relatório. "(A telessaúde) coloca o Brasil na era da tecnologia na saúde. A telemedicina será responsável por reduzir as filas dos hospitais públicos. O mercado vai se autorregular com o valor das consultas porque sempre foi assim."

Veneziano também rejeitou sugestões feitas pelos senadores sobre consultas ocupacionais. "Retiramos do texto do substitutivo qualquer menção a esse tipo de exame, deixando a sugestão de que o marco regulatório seja estabelecido em diploma apartado", sugeriu.

Em 2019, o CFM (Conselho Federal de Medicina) baixou uma resolução para regulamentar o atendimento à distância, mas o texto acabou revogado. Até a lei de 2020, a prática era regulamentada apenas por normas infralegais, que, segundo o relator, geravam insegurança jurídica.

Nota

EDUARDO BOLSONARO DIZ QUE FOI AO QATAR ENTREGAR PEN DRIVES SOBRE O BRASIL

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) virou piada ontem nas redes sociais após postar um vídeo dizendo que foi a Copa do Mundo do Qatar entregar pen drives sobre a situação no Brasil. Ele foi flagrado pelas câmeras de transmissão tirando fotos no estádio, enquanto apoiadores do presidente Jair Bolsonaro estão em acampamentos pedindo "intervenção federal". Um internauta compartilhou um vídeo de Eduardo se explicando e mostrando uma bolsa com vários pen drives com vídeos em inglês explicando a situação do Brasil. "Depois do clássico: 'Essa reunião poderia ser um e-mail'. Vem aí o: 'Essa viagem para o país-sede do maior evento esportivo do mundo poderia ter sido um link do Google Drive'." O usuário do Twitter Rick Buzz compartilhou um meme da vilã Nazaré Tedesco tentando entender a teoria do deputado e questionou se ele não conhece google drive, e-mail ou serviço de transmissão de arquivos. "Ele foi pro Catar assistir aos jogos da seleção, e no meio das partidas (estilo 007) foi entregar pendrives com vídeos do Brasil para os estrangeiros?", questionou.

PRIMAVERA: Sol com poucas nuvens. Chove durante o dia e à noite. Manhã Tarde Noite 30º 20º 75% 04:59 18:25

COVID-19

Rio volta a aplicar 2ª dose de vacina para crianças de 3 e 4 anos

ALÉXIA SOUSA/FOLHAPRESS

A aplicação da segunda dose da Coronavac para crianças de 3 e 4 anos será retomada a partir de hoje na cidade do Rio de Janeiro. A prefeitura anunciou ontem que recebeu do Ministério da Saúde 27 mil doses do imunizante contra a Covid-19.

A Coronavac, que é produzida pelo Instituto Butantan, foi aprovada em julho pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para ser distribuída para essa faixa etária. O órgão regulador também liberou, em setembro, a aplicação da Pfizer para a faixa etária de 6 meses a 4 anos, mas o Ministério da Saúde ainda não deu nenhuma estimativa de compra ou distribuição desse imunizante.

A volta dessa etapa da vacinação para crianças de 3 e 4 anos na capital fluminense retoma após o calendário ficar suspenso por cerca de 20 dias por falta de doses.

A imunização será feita em postos específicos. Ao todo, 63 unidades de saúde vão realizar esse tipo de atendimento. O endereço de todas pode ser consultado no site da secretaria. É necessário apresentar documento de identidade e caderneta de vacinação.

Já a aplicação da primeira dose segue paralisada na cidade desde o último dia 26. Segundo a Secretaria Municipal da Saúde, a pasta tem solicitado novas remessas ao governo federal, mas não há previsão de reposição. "Por conta da pequena quantidade de doses na remessa recebida, a primeira dose desse grupo permanece suspensa", disse a secretaria em nota.

Já o Ministério da Saúde informou que a distribuição mais recente da Coronavac para o Rio de Janeiro foi realizada neste mês de novembro, com o envio de 72,8 mil doses. A pasta afirmou que "as doses de vacinas para Covid-19 são enviadas de acordo com a solicitação de cada estado, considerando o público-alvo planejado e a capacidade de armazenamento. Cabe aos estados o planejamento e gerência da distribuição aos municípios."

De acordo com o município do Rio, a cobertura vacinal da população de 3 e 4 anos está em 29% para a primeira dose e em 13% para a segunda. O intervalo entre as doses está indicado no comprovante de vacinação.

Para crianças de 5 anos ou mais, a vacinação contra a Covid-19 ocorre normalmente na cidade do Rio.

ADULTOS

Atualmente, no Rio, o calendário de imunização para quem tem 18 anos ou mais está no segundo reforço. Mas, depois de mais de um ano após a capital completar o calendário primário de vacinação contra o coronavírus, muitos cariocas decidiram ir aos postos de saúde pela primeira vez.

Segundo a prefeitura, nos últimos seis meses mais de 3,5 mil pessoas entre 18 e 29 anos receberam a primeira dose. Quase mil idosos também procuraram os postos para iniciar o ciclo vacinal contra a doença.

O município atribui o aumento da procura à campanha que tem feito para que a população complete o esquema de vacinação diante do aumento de casos no último mês.

A nova subvariante da Ômicron, a BQ.1, teve a transmissão local confirmada no início de novembro. Até 26 de novembro, a taxa de positividade na capital fluminense era de 29% em pacientes testados para a Covid-19.

JUSTIÇA FEDERAL

Brasil mantém prisão de suposto espião russo

FLÁVIO FERREIRA/FOLHAPRESS

A Justiça Federal em São Paulo manteve, ontem, a prisão preventiva imposta a Serguei Vladimirovitch Tcherkasov, apontado pelo governo da Holanda como espião russo.

A defesa de Tcherkasov havia apresentado ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) um pedido para que ele aguardasse o julgamento em liberdade ou tivesse a detenção convertida em prisão domiciliar a ser cumprida no Consulado da Rússia em São Paulo, que já teria garantido a estadia provisória a ele.

Segundo a acusação do Ministério Público Federal em São Paulo, o russo chegou ao Brasil em 2010 e passou a usar documentos falsos com o nome Victor Muller Ferreira, fingindo ser brasileiro.

Em junho, o Serviço de Inteligência holandês anunciou ter impedido Tcherkasov de se infiltrar no Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, responsável por investigar, entre outras acusações, possíveis crimes de guerra –como aqueles que a Rússia é acusada de cometer no conflito em curso na Ucrânia.

Tcherkasov trabalharia para o GRU, unidade de inteligência militar da Defesa russa, e teria se passado por Victor Muller Ferreira para tentar entrar em território holandês. Ao ser deportado, foi preso pela Polícia Federal no aeroporto de Guarulhos por uso de passaporte falso, no começo de abril.

Tcherkasov então foi denunciado e condenado em primeira instância pela 5ª Vara Federal na cidade a 15 anos de prisão pelo crime de uso de documento falso, previsto no artigo 304 do Código Penal. Em agosto, a defesa pediu a concessão de uma liminar para que ele fosse libertado de imediato.

À época o pedido de liminar foi negado pelo relator do caso no TRF-3, Paulo Fontes, sob o argumento de que "(Tcherkasov) é estrangeiro em situação irregular no país, já que fazia uso de documento falso para encobrir a verdadeira nacionalidade, o que demonstra sua periculosidade e obsta a revogação" da medida.

"A jurisprudência tem entendido que a condição de estrangeiro, sem vínculos com o país, é considerada fundamento idôneo a autorizar a preservação da prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal, sobretudo ante a concreta possibilidade de fuga", afirmou Fontes em agosto.

Agora, em julgamento encerrado nesta terça-feira, os outros magistrados da 5ª Turma do TRF-3 decidiram por unanimidade negar a liberdade a Tcherkasov. Procurado pela reportagem, o advogado Paulo Mauricio Ferreira afirmou que a defesa ainda não havia tomado ciência do teor da decisão e que, por isso, não iria se manifestar.

Também em agosto, a Embaixada da Rússia no Brasil pediu a extradição de Tcherkasov ao Supremo Tribunal Federal (STF). A existência do pedido foi confirmada pelo Supremo à BBC News Brasil.

Pela legislação brasileira, o pedido de extradição precisa ser julgado pelo STF. Como o caso está sob a relatoria do ministro Edson Fachin, o processo deverá ser apreciado pela Segunda Turma da corte, da qual ele faz parte.

Se o Supremo aprovar a extradição, caberá ao presidente da República autorizar ou não a liberação –Jair Bolsonaro (PL) ficará no cargo até o final deste ano, e no dia 1º de janeiro de 2023 dará lugar ao hoje presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Caso o pedido seja negado, não caberá decisão do mandatário.

No último dia 9 a operação russa para levar Tcherkasov de volta à Rússia ganhou o apoio oficial dele próprio. Em audiência sobre o processo de extradição que tramita no STF, o homem suspeito de ser um espião a serviço de Moscou declarou o desejo de ser extraditado o mais rápido possível.

"Eu gostaria de reiterar que eu quero ser extraditado para a Rússia e eu concordo com as acusações que a Rússia fez e pretendo responder aos fatos e meus crimes que são alegados pela Rússia no meu Estado quanto mais rápido possível", disse Tcherskasov às autoridades brasileiras.

REAÇÃO

Cristina critica Judiciário e diz ser vítima de 'pelotão de fuzilamento'

SYLVIA COLOMBO/FOLHAPRESS

A vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, apresentou ontem a última parte de sua defesa à Justiça no processo em que é acusada de liderar um esquema de desvio de verbas públicas no período em que ela e seu marido, Néstor Kirchner (2003-2015), foram presidentes do país.

A Procuradoria pediu que ela seja condenada a 12 anos de prisão. Após o pronunciamento de Cristina, realizado por videoconferência, o tribunal anunciou que a decisão será divulgada em 6 de dezembro.

"Este tribunal é um pelotão de fuzilamento", afirmou a vice-presidente, para quem a sentença já está definida: "Só não sabia que seria tão mal escrita". A linha de defesa de Cristina bate na tecla do argumento de que ela é vítima de "lawfare" -ou seja, os juízes a perseguiriam devido a razões políticas.

A vice-presidente também acusa os promotores Diego Luciani e Sergio Mola de serem parciais e disse que eles "poderiam ser jornalistas-estrela do Clarín ou do La Nación", as duas principais publicações noticiosas da Argentina, com linha editorial crítica em relação ao kirchnerismo.

Ao falar de "pelotão de fuzilamento", Cristina resgata o Massacre de Trelew, de 1972, quando as Forças Armadas executaram prisioneiros que pertenciam às organizações armadas de esquerda Montoneros e Exército Revolucionário do Povo. "Nem naquela época, nem agora, conseguem provar as acusações."

Na "causa vialidad", como o processo ficou conhecido, Cristina e outras 13 pessoas são acusadas de direcionar à empresa Austral Construcciones verbas destinadas a obras públicas na província de Santa Cruz, da qual Néstor foi governador. A companhia pertence a Lázaro Baez, também réu nessa ação e já condenado em outra, por corrupção, assim como o ex-ministro do Desenvolvimento Julio De Vido.

Segundo a Procuradoria, teriam ocorrido irregularidades em 51 das obras públicas realizadas em Santa Cruz pela Austral, e Cristina teria sido "chefe de uma associação ilícita e de uma gestão fraudulenta que causou danos à administração pública". O pedido de condenação de 12 anos, disse o promotor Luciani, deve-se "à magnitude dos delitos cometidos, dos meios empregados e da extensão dos danos no tempo".

Nesta terça, Cristina fez ainda uma defesa de sua gestão em comparação com a de seu sucessor, Mauricio Macri, a quem acusa de envolvimento com a chamada "gangue do algodão doce", que tentou assassiná-la na frente de sua casa, em setembro, já que o líder do Revolução Federal, grupo de extremistas de direita, trabalhou para o empresário Nicolás Caputo, melhor amigo do ex-presidente.

"Vocês acreditam mesmo que meu governo tenha cometido fraude contra a administração pública? Nós, que entregamos um país sem dívidas e no qual as condições de vida eram muito melhores?", disse ela, apontando para Macri, que pediu empréstimo de US$ 56 bilhões ao FMI. "Os que realmente cometeram delitos na gestão estão hoje sem nenhum problema com a Justiça, estão no Qatar, vendo a Copa."

Macri foi ao país no Oriente Médio para acompanhar jogos do Mundial

A vice também apresentou à Justiça um documento em que diz expor as "20 mentiras" do atual processo.

Além desse caso, ela ainda responde a outras cinco acusações de corrupção, relacionadas ao suposto uso de hotéis de propriedade da família Kirchner, na Patagônia, em esquema de desvio de dinheiro público, enriquecimento ilícito e evasão de divisas. Os filhos do casal, o hoje deputado Máximo Kirchner e Florencia Kirchner, também são acusados de envolvimento e poderiam ser condenados à prisão.

Por ser vice, Cristina conta com imunidade, portanto não poderia ser presa imediatamente caso seja considerada culpada. Seria necessário, a partir daí, que o Congresso votasse pela retirada dessa proteção.

No dia anterior à apresentação da defesa, Cristina pediu a apoiadores que não realizassem manifestações públicas e preferiu fazer seu pronunciamento online, de seu gabinete no Senado.

BLACK FRIDAY

Procon fiscaliza lojas e encontra irregularidades

O Procon-RJ fiscalizou 161 estabelecimentos, entre físicos e virtuais, durante a Black Friday na última sexta-feira, e encontrou irregularidades em 67 deles (41,6% do total). Mais de 50 sites foram fiscalizados e em alguns deles encontrados indícios de maquiagem de preços. A ação resultou na notificação de oito sítios eletrônicos e abertura de cinco processos administrativos, sendo um deles sancionatório. Nas lojas físicas, os problemas foram solucionados de imediato após intervenção dos agentes do Procon RJ. Apenas uma loja não se adequou, foi autuada e terá 15 dias para apresentar defesa.

Desde outubro, a autarquia fez um monitoramento em mais de 600 produtos para ajudar o consumidor na comparação de preços e identificar falsos descontos. Durante o período, foi lançada uma cartilha educativa específica para o evento.

"Buscamos com esse trabalho garantir a lisura do evento que, segundo a Fecomércio, movimentará mais de R$ 3 bilhões na economia fluminense. É importante observar que os lojistas, com o passar dos anos, estão cada vez mais conscientes e respeitando as características do evento. O trabalho que realizamos coíbe abusos", explicou o presidente do Procon-RJ, Cássio Coelho.

Ainda de acordo com Coelho, durante o período da Black Friday, os problemas mais encontrados foram na exposição dos preços. Nesta situação, o fornecedor chamava atenção para o valor da parcela e não para o preço real à vista. Com isso, o consumidor era induzido ao erro, uma vez que a informação não estava expressa de forma clara.

"Outro problema encontrado foi a indicação de um determinado valor de desconto que, na realidade, não era aplicado, pois não havia qualquer produto com aquele abatimento no estabelecimento", contou Coelho.

INVASÃO DA UCRÂNIA

Rússia condena fala do Papa sobre crueldade na guerra

O Papa Francisco envolveu-se em mais uma polêmica relativa à Guerra da Ucrânia. Após dizer que o Ocidente talvez tivesse culpa pela invasão russa do vizinho, o pontífice fez um comentário claramente racista acerca do comportamento das tropas de Vladimir Putin no conflito.

Em uma entrevista à principal revista jesuíta dos EUA, America, Francisco disse que os soldados não cristãos a serviço da Rússia são mais cruéis em combate do que os aderentes da fé ortodoxa majoritária do país de Putin.

"De forma geral, os mais cruéis são talvez aqueles que são da Rússia, mas não da tradição russa, como tchetchenos, buriatos e assim por diante", afirmou o Papa, que é um jesuíta.

Dados levantados por ONGs de direitos humanos na Rússia apontam uma proporção maior de soldados vindos de partes do país com maiorias étnicas não russas em ação na Ucrânia.

No caso da Tchetchênia, república do Cáucaso de maioria muçulmana, isso é inclusive um ponto de venda do governo local de Ramzan Kadirov, um dos mais agressivos aliados de Putin. Seu canal no Telegram é coalhado de imagens de ações de seus homens em solo ucraniano, tendo tido um papel relevante na tomada de Mariupol (sul).

Já a Buriácia, uma república siberiana do Extremo Oriente russo, é conhecida pela alta adesão ao budismo tibetano (cerca de 20% da população) e a crenças xamanistas tradicionais dos mongóis que habitavam o local historicamente.

"Isso já não é mais russofobia, é uma perversão em um nível que eu nem sem nomear", afirmou a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Maria Zakharova, em sua conta no Telegram. "Nós somos uma só família, com buriátis, tchetchenos e outros representantes do nosso país multinacional e multiconfessional", afirmou.

Apesar de ser dominada pelo caráter eslavo e ortodoxo centrado em sua porção europeia, a Rússia é uma colcha de retalhos diversa em seus 95 entes federais. Do ponto de vista religioso, a ortodoxia russa reponde por cerca de 40% da fé declarada no país, com 6,5% de muçulmanos e 6,5% de outros cristãos como principais minorias.

Nota

COM SERVIÇOS GRÁTIS, SEMANA DA SAÚDE ACONTECE NO LARGO DA CARIOCA

A Semana da Saúde volta ao Centro do Rio para sua 12ª edição. Uma das maiores ações de saúde pública do Brasil, o evento começou ontem e termina amanhã, Dia Mundial da Luta contra a Aids, no Largo da Carioca. Estão previstos cerca de 10 mil atendimentos à população durante os três dias de evento, sempre das 8h às 16h. Além de cuidarem da saúde, as pessoas ainda poderão ajudar a salvar vidas, doando sangue no estande do Hemorio que será montado no local. Serão 600 senhas diárias para exames com urologistas e teste de PSA, para prevenção ao câncer de próstata, mil vagas para aferição de pressão e medição de glicose, 250 para testes rápidos de detecção de HIV, sífilis e hepatites B e C, outros 150 atendimentos clínicos dermatológicos para avaliação de hanseníase e 50 exames de função pulmonar.

Nota

OTAN PROMETE MAIS AJUDA PARA KIEV, E RÚSSIA FAZ AMEAÇA

Após reunião de seus ministros da Defesa, a Otan voltou a prometer mais ajuda militar para o esforço de guerra da Ucrânia contra a invasão russa, que completou nove meses. Os ucranianos pediram "Patriots e geradores", em referência ao sistema de defesa antiaérea e antimíssil americano que é adotado pela aliança ocidental e ao insumo básico para combater a falta de energia país, cuja infraestrutura energética está sendo degradada. Em resposta à movimentação, o ex-presidente russo Dmitri Medvedev disse em rede social que se a Otan fornecer "Patriots e pessoal" para a Ucrânia, eles seriam alvos legítimos para Moscou.